



SEÇÃO: DOSSIÊ

## Do declínio conservador e ascendência liberal: o pan-americanismo no pensamento liberal brasileiro (1860-1890)

*On conservative decline and liberal emergence: panamericanism in Brazilian liberal thought (1860-1890)*

*Del declive conservador y ascensión liberal: el panamericanismo en el pensamiento liberal brasileño (1860-1890)*

**Elizeu Santiago Tavares de Sousa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-1552-681X](https://orcid.org/0000-0002-1552-681X)  
[elizeu.sousa@cefet-rj.br](mailto:elizeu.sousa@cefet-rj.br)

**Recebido em:** 19 nov. 2019.

**Aprovado em:** 16 mai. 2020.

**Publicado em:** 21 dez. 2020.

**Resumo:** É crescente ao final do Império a crítica à política externa imperial por parte de elementos ligados ao Partido Liberal. Em comum, ambos liberais monarquistas e republicanos acusavam a diplomacia saquarema de antiamericana. Findado o ciclo de intervenção platina, emerge, a partir dos anos 1860, o clamor por maior aproximação continental. Partindo da análise dos anais parlamentares, diplomáticos e do Conselho de Estado, assim como de fontes jornalísticas, este trabalho terá por propósito a análise do panamericanismo no pensamento liberal brasileiro nas décadas finais do século XIX. Argumentaremos que, a partir da diferenciação axiológica entre liberais e conservadores, o discurso panamericanista foi uma constante no pensamento dos primeiros. Não por acaso, serão eles, quando no poder, os responsáveis pela aproximação continental da nascente diplomacia republicana.

**Palavras-chave:** Americanismo. Política externa brasileira. Império do Brasil.

**Abstract:** Criticism of Imperial foreign policy is growing at the end of the Empire of Brazil by members of the Liberal Party. In common, both monarchists liberal and republicans accused the Saquarema diplomacy of being anti-American. At the end of the intervention cycle at River Plate, the call for greater continental approximation had grown since the 1860s. Based on the analysis of parliamentary, diplomatic and Council of State annals, as well as journalistic sources, this paper will focus on the analysis of panamericanism in Brazilian liberal thought in the last decades of the nineteenth century. We will argue that, from the axiological differentiation between liberals and conservatives, the Panamericanist discourse was a constant in the thought of the former. It is no coincidence that they are, when in power, responsible for the continental rapprochement of the nascent Republican diplomacy.

**Keywords:** Americanism. Brazilian foreign policy. Empire of Brazil.

**Resumen:** Es creciente al final del Imperio de Brasil las críticas a la política exterior imperial por parte de miembros del Partido Liberal. En común, tanto los liberales monárquicos como los republicanos acusaban a la diplomacia Saquarema de ser antiamericana. Acabado el ciclo de intervención en la Cuenca del Plata, crece, a partir de los años 1860, el clamor por una mayor aproximación continental. Basado en el análisis de los anales parlamentarios, diplomáticos y del Consejo de Estado, así como de fuentes periodísticas, este trabajo tendrá por propósito el análisis del panamericanismo en el pensamiento liberal brasileño en las últimas décadas del siglo XIX. Argumentaremos que, a partir de la diferenciación axiológica entre liberales y conservadores, el discurso panamericanista fue una constante en el pensamiento de los primeros. No es casualidad por lo tanto que, cuando estén en el poder, sean los responsables por la aproximación continental de la naciente diplomacia republicana.

**Palabras clave:** Americanismo. Política exterior brasileña. Imperio del Brasil.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<sup>1</sup> Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

## Introdução<sup>2</sup>

Em termos axiológicos, os últimos lustros da Monarquia brasileira marcam o declínio do pensamento conservador e a emergência gradativa do pensamento liberal, acompanhados pela forte pressão reformista – quando não revolucionária – de um pensamento liberal radical, cujos desdobramentos mais claros conduziram os agentes políticos no processo de confecção da constituição de 1891 e nas inflexões diplomáticas da aurora republicana. Nas palavras de Joaquim Nabuco, as eleições de 1860 marcariam “uma época em nossa história política; com ela recomeça a encher a maré democrática, que desde a reação monárquica de 1837 se tinha visto continuamente baixar”. Tratava-se de uma espécie de “revolução pacífica”, cuja gênese permitiria não apenas o renascimento do Partido Liberal, mas também certo declínio do espírito conservador representado pela “oligarquia encastelada no Senado” (NABUCO, 1949a, v. II, p. 74).<sup>3</sup>

Embora diferenças de outras naturezas possam ser levantadas, no que tange às relações internacionais, houve grande proximidade no pensamento político de ambos liberais republicanos e monarquistas nas décadas finais dos oitocentos.<sup>4</sup> Da análise do vasto material documental depositado nos anais parlamentares e jornalísticos, parece-nos, pois, possível argumentar que o discurso panamericano florescerá no Brasil Imperial como bandeira reformista a partir dos quadros liberais.

No ambiente internacional, os lustros finais da Monarquia coincidem com certa exaustão do momento francamente hobbesiano das relações interamericanas de décadas progressas. Após a superação dos dois maiores conflitos militares da história americana – primeiro, a Guerra de Secessão entre 1861-1865, seguido pela Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870 –, o discurso

pan-americano floresceria timidamente nos anos 1870 para se tornar uma realidade concreta ao final da década seguinte. Ascendia igualmente, a crença em torno da necessidade em se estabelecer padrões pacíficos para as soluções de controvérsia no continente (SOUSA, 2017, p. 157).

No Brasil, capturados por uma forte crença antitratadista ao longo dos anos 1840 e 1850, não fora predileção dos sucessivos governos imperiais a adoção da arbitragem. Os liberais dos anos 1860 passariam a acenar com simpatia a essa possibilidade quando da controvérsia territorial com a Argentina. Embora encontrassem a oposição – e por vezes a dura oposição – de importantes próceres do Partido Conservador, o país acabaria por aderir, em um dos últimos atos do Império, ao seu primeiro arbitramento territorial em 1889.

Na Europa, reflexo da liberalização do espectro político internacional, têm-se lugar as primeiras tentativas de cooperação entre os Estados do Velho Mundo, objetivando a criação do que viria a ser a gênese das organizações internacionais. Em 1865, funda-se a União Telegráfica Internacional; em 1874, a União Postal Universal (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 17-34). Nascia, igualmente, um modesto conjunto de regras internacionais que logo levaria o epíteto de “direito humanitário”. Em 1862, Henry Dunant publica *Un Souvenir de Solferino*; em 1863, como desdobramento da proposta do suíço, é criado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, seguido pela realização da primeira das convenções de Genebra, em 1864. O nascimento do direito humanitário, fora, de acordo com Barrio (2013, p. 188-189), “a resposta de um novo ‘internacionalismo’ ao nacionalismo belicoso da década anterior.

É, portanto, dentro destas circunstâncias de progressiva liberalização internacional e renascimento do Partido Liberal, que os liberais brasi-

<sup>2</sup> Este artigo corresponde a uma versão condensada do capítulo 5 da tese de doutorado intitulada “Pensamento Político e Política Externa no Brasil Imperial: Tendências do Pensamento Internacional Brasileiro”, defendida no ano de 2017 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

<sup>3</sup> As eleições parlamentares de 1860 marcaram a vitória de liberais em diversidades localidades, em especial no Rio de Janeiro. Entre os nomes de destaque, estão Teófilo Otoni, Saldanha Marinho e Francisco Otaviano.

<sup>4</sup> Fora mesmo comum a participação de membros do Partido Liberal em clubes e periódicos republicanos, assim como o intercâmbio de republicanos em reuniões e mesmo na composição partidária liberal. Lembra-nos Joaquim Nabuco que “apesar do Manifesto (*Manifesto Republicano de 1870*) e da separação, o partido republicano foi por algum tempo como que um pronunciamento do partido liberal” e que “Entre um republicano e um liberal adiantado, só mais tarde haverá antagonismos; por muito tempo liberalismo e republicanismo foram termos conversíveis” (NABUCO, 1949a, v. 2, p. 371).

leiros tornar-se-iam os próceres da aproximação americana. Sem a lembrança traumática das agitações regenciais, as novas gerações assistiriam à ascensão axiológica da liberdade. Lograda a imposição da ordem interna e externamente, era tempo de um novo reformismo liberal.

### Do Movimento Liberal: partidos e tendências

No Brasil dos anos 1860, um grupo de liberais históricos fazia dura oposição ao Partido Progressista então no poder (1862-1868), agrupamento partidário esse composto em sua maioria por liberais moderados. Em 1866, parte dos liberais históricos instituiriam as Conferências Radicais na Corte, das quais fariam parte figuras como Silveira da Mota, Gaspar da Silveira Martins e Henrique Limpo de Abreu. No mesmo ano, fundavam a *Opinião Liberal*; em 1869, o *Correio Nacional*; ambas folhas jornalísticas que propagariam as ideias liberais mais avançadas até então. Contribuíam com a publicação nomes como os de Rangel Pestana, Urbano Sabino, Teófilo e Cristiano Ottoni.

Em 1868, sistematizariam as ideias programáticas do que Américo Brasiliense chama de "Partido Liberal-Radical". Entre elas, o fim do poder pessoal e extinção do poder moderador, o sufrágio direto e a ampliação do número de eleitores masculinos livres, o senado temporário, e a substituição lenta e gradual do trabalho escravo (BRASILIANSE, 1878, p. 23-28). Sob o lema "a liberdade pela descentralização", ansiavam "arrancar da tutela governamental o indivíduo, o município, e a província" (BRASILIANSE, 1878, p. 29). O primeiro, pela garantia da liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e de indústria; o segundo, pela autonomia eletiva da polícia e aplicação de rendas; o último, pela liberdade de eleição do seu presidente e administração pública autônoma.

O seu programa, outrossim, partia da crítica à diplomacia imperial pela política de intervenção ativo nas repúblicas vizinhas, assim como pelo distanciamento conferido às relações continentais. "Nem um interesse confessável aos olhos do mundo, nem uma ideia altamente

civilizadora nos pode ditar a política de contínuas intervenções nos negócios internos de nossos vizinhos", dizia em editorial o agrupamento, para em seguida afirmar: "deixemo-los viver a seu modo e façamo-nos respeitar oportunamente, sabendo empregar a tempo o espírito conciliador" (BRASILIANSE, 1878, p. 31).

A desejada aproximação americana teria início, deixa antever os radicais, com a reforma das instituições monárquicas, distinção política negativa em um continente cercado por repúblicas. Se a construção do discurso conservador fora marcada, até então, pela excepcional singularidade de uma monarquia ordeira e ilustrada nos trópicos, esse e outros conteúdos programáticos de cunho liberal pregariam a natural aproximação dos vizinhos via similitude institucional. Aqui, a defesa seria pela "forma democrática federal, a posição, que nos compete no continente americano" (BRASILIANSE, 1878, p. 31).

Com a queda do último gabinete progressista, em julho de 1868, a delegação da presidência do conselho de ministros era dada ao Partido Conservador, sob a liderança do Visconde de Itaboraí. Na oposição, liberais radicais e moderados acertavam a trégua e decidiram pela composição do Centro Liberal, liga de liberais históricos, de tendência republicana, com liberais moderados, em sua maior parte emigrados dos ministérios progressistas de 1862 a 1868. A crise política de 1868, motivada pelas diferenças entre Zacarias de Góis e Vasconcelos e Marquês de Caxias, agravadas pela escolha imperial de um senador conservador em momento de ministério liberal, amalgamaria temporariamente as duas extremidades do pensamento liberal brasileiro. Em plena Guerra do Paraguai, os acontecimentos de 1868 seriam a "crise ministerial mais profunda" da história do Império, a qual evidenciaria "as dificuldades que destruiriam a Monarquia" nos quinquênios vindouros (IGLESIAS, 2004, p. 18).

A direção do novo agrupamento político seria composta pelos já mencionados Nabuco, Zacarias e Ottoni, além de Silveira Lobo e Francisco Otaviano. Em linhas gerais, os moderados domesticariam, neste primeiro momento, os

anseios mais extremados da ala radical. Entre seus princípios fundamentais, conta-nos Américo Brasiliense, testemunha ocular dos encontros, estar a redução das atribuições do Poder Moderador e do seu Conselho de Estado a mero auxiliar administrativo, a responsabilização dos ministros pelos atos deste poder, a descentralização política "realizando o pensamento do ato adicional" de 1834, e a reforma do senado vitalício (BRASILIANSE, 1878, p. 37-39).

Para além das tradicionais bandeiras em torno da federação e do amainamento do elemento monárquico presente na interpretação conservadora, o Manifesto pregava, ainda, a eleição direta, a emancipação gradual dos escravizados, a liberdade religiosa e o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, além da derrogação de privilégios e de monopólios pela maior liberdade de comércio e indústria (BRASILIANSE, 1878, p. 37-57).

Com a criação do Partido Republicano no Rio de Janeiro, em 1870, e de outras agremiações republicanas ao longo dos lustros seguintes, a grande maioria dos quadros radicais presentes no Centro Liberal para lá migraria ao longo dos próximos anos. Embora politicamente pouco expressivo na sua gênese, o republicanismo ganharia força ao final do Império com a adesão pragmática da grande lavoura no momento pós-abolicionista.

Seguindo na esteira do conteúdo programático do Partido Liberal-Radical de 1868, o Manifesto Republicano de 1870 trazia a dura crítica ao "absolutismo" das instituições monárquicas imperiais e aos excessos do poder imperialista do Monarca, "um póliplo monstruoso" que "invade tudo" (BRASILIANSE, 1878, p. 68). A centralização consagrada na Carta de 1824, além de comprimir as liberdades individuais e provinciais, "mata o estímulo do progresso local" e "suga a riqueza das províncias". Para além do estrangulamento do ideário liberal no campo doméstico, o atrofiamento do poder local exporia "a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista", ameaças possíveis advindas das relações internacionais (BRASILIANSE, 1878, p. 80).

Seguindo essa linha de argumentação, fortalecer o poder provincial era o mesmo que em-

poderar a nação contra as ameaças territoriais de forças estrangeiras. A fórmula assinalada no Manifesto fora resumida por: "Centralização – Desmembramento. Descentralização – Unidade". Daí, a afirmação categórica segundo a qual "a autonomia das províncias [...] é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira" (BRASILIANSE, 1878, p. 80). Aplicando esse pensamento à crítica da política externa conservadora, "a própria guerra (*do Paraguai*) [...] deixou ver, com a ocupação de Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, quanto é impotente e desastroso o regime da centralização para salvaguardar a honra e integridade nacional" (BRASILIANSE, 1878, p. 80, grifo nosso).

Esse raciocínio não deixa de guardar paralelos com aquele professado por Teófilo Ottoni, quando da sua "Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas", no ano de 1860. Lá, ao criticar os excessos centralistas do Poder Moderador, falseador do governo representativo e, portanto, da monarquia democrática, apontava para os potenciais ganhos da política externa platina brasileira fossem a política americana e o arranjo institucional imperial distintos daqueles consagrados pela interpretação conservadora da Carta de 1824.

Se o Sr. D. Pedro II tivesse tido a fortuna de encontrar entre os seus ministros um conde de Cavour, seria talvez o Victor Emmanuel da América, e com uma política generosa e americana quem sabe se os ducados do Rio da Prata hoje não teriam constituído conosco um estado mais poderoso do que o sonhado reino da Itália (OTTONI, 1860, p. 134)

Pensamento similar já houvera sido expressado anteriormente por Andrada Machado, companheiro de partido de Ottoni na então oposição aos primeiros governos regressistas. Na ocasião, haveria o combate de Carneiro Leão e Paulino de Sousa, cujas políticas seriam as vitoriosas na condução diplomática do país. No entanto, lá, Andrada defenderia a um mesmo tempo um arcabouço institucional mais próximo àquele consagrado pelo Ato Adicional, assim como o redirecionamento da ação externa na direção da política americana, crenças que o levariam a não "perder a esperança de que Montevidéu faça parte deste Império". E

conclui otimistamente: "Espero firmemente, e creio que, senão em meus dias, nos dias que se lheão de seguir, Montevidéu, e mesmo Entre-Rios, Paraguai, Corrientes, não de fazer parte do Império brasileiro" (MACHADO E SILVA, 1839).

Dentro de uma perspectiva localista, notava ainda Tavares Bastos que a política antiamericana levada a cabo pelo país impunha às províncias do Norte, "que nunca envolveram o Brasil em guerras externas", "o sacrifício permanente de dívida avultada", além de converter a população do Norte em "em viveiro de recrutas do exército e armada" (BASTOS, 1870, p. 400-401).

Indo na mesma direção, o Manifesto Republicano acusava o caráter belicoso e contraproducente dos ciclos de ativismo militar brasileiro no Prata, denunciando que, em 1870, "no exterior arrasta-se uma guerra desastrosa" (BRASILIANSE, 1878, p. 74). O desastre do intervencionismo seria fruto da incompatibilidade do regime político implantado no país após o processo de independência. "A nossa forma de governo", diriam os republicanos, "é hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos". Era explícita no documento a crença em torno do caráter pacifista das instituições republicanas frente ao atual arranjo político. Seguindo este raciocínio, "A permanência dessa forma (*monárquica*) tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam" (BRASILIANSE, 1878, p. 85).

Dois anos após a publicação do Manifesto, Quintino Bocaiúva, primeiro chanceler da história republicana e o principal redator daquele documento, diria em artigo publicado em *A República* que "É certo que na história dos nossos conflitos com as repúblicas platinas o elemento propriamente dinástico tem influido", relembrando que "esse vício de origem" já teria, no passado, contribuído para a "destronização do primeiro imperador". E arremata: "Debaixo deste ponto de vista, como sob tantos outros, a forma puramente democrática oferece mais garantias à estabilidade da paz e da segurança dos cidadãos" (BOCAIÚVA, 1988, v. I, p. 340). Aos olhos liberais, urgia, pois, alterar os rumos do país.

### Um futuro pacífico, liberal e americano: federalismo e republicanismo no pensamento liberal brasileiro

Acreditavam os republicanos que o lugar do Brasil no mundo era algo um tanto quanto incompatível com suas pretensões e pertencimento geográfico. "Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão"; do outro lado, no continente americano, "passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o árbitro e a onipotência do soberano. Daí, a constatação de ser o Brasil "um país isolado, não só no seio de América, mas no seio do mundo" (BRASILIANSE, 1878, p. 85).

Apontando para a necessidade de reorientar a diplomacia brasileira na direção da política americana, o documento encerra-se com o desejo de por o país "em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte". Consagrava-se aqui aquele que se tornaria um dos lemas centrais da bandeira de luta republicana: "Somos da América e queremos ser americanos" (BRASILIANSE, 1878, p. 85).

Ao contrário do que se possa imaginar, não fora apenas o pensamento liberal radical que empunharia tais bandeiras no campo do pensamento internacional. Em seu "Projeto de Monarquia Federativa", apresentado perante o Parlamento imperial, em 1885, Joaquim Nabuco trazia lado a lado a necessidade de se reformular a política externa conservadora e as tradicionais bandeiras reformistas da ala progressista liberal, sobretudo os pleitos federalistas.

A bem da verdade, fazia parte de um mesmo raciocínio reformista a fundamental atualização diplomática na direção da política americana – superando, portanto, a ultrapassada concepção saquarema –, juntamente com a expansão dos valores liberais provinciais. Os setores mais progressistas do pensamento liberal ainda defenderiam a persecução da liberdade individual, exemplo maior em torno da luta abolicionista.

Apontando a vitória futura do federalismo, Nabuco diria ser "Ela [...], em primeiro lugar, a forma

americana". Para além da natureza democrática de sua adoção interna, ela nos aproximaria, conseqüentemente, do restante do continente. A seu ver, não era o republicanismo a essência americana; antes, o federalismo. A federação "é a forma que, exceto nos países onde está implantado o vírus teológico, e em países onde o despotismo e a ditadura têm reinado constantemente, prevalece em toda a América" (NABUCO, 1885a).

Em um mesmo projeto reformista, Nabuco encampava, portanto, "a grande bandeira da abolição, da federação e da paz". A abolição, "que é o trabalho e a terra; a federação, que é a independência e o crescimento; a paz, que é o engrandecimento exterior e a expansão legítima de todos os estímulos da atividade nacional" (NABUCO, 1885a). Seguindo na linha de criticismo ao que seria a defasada perspectiva conservadora nas relações internacionais, Nabuco expressaria esse descontentamento quando da apresentação, nas Câmaras, do novo ministério conservador liderado por João Maurício Wanderley, então Barão de Cotegipe (NABUCO, 1885b). Lá, diria que:

[...] a verdade é que existe um preconceito, que o Partido Conservador aliás tem infelizmente o dom de sempre despertar, por uma tradição fossilizada de política externa, que não é de todo compatível com a resolução firme em que está o Brasil de fazer dos seus vizinhos os seus melhores amigos (NABUCO, 1885b).

Meses após a apresentação do novo gabinete conservador, Joaquim Nabuco, ao defender o seu projeto de reformas, apontaria para a mudança dos tempos e a necessidade de se reformar o país de acordo com "os grandes alicerces modernos", condição elementar da manutenção do regime monárquico. Lembrava o autor, em seu discurso, do tempo em que "a Monarquia era uma verdadeira adoração" e, em tom crítico, do tempo "em que a uma política de tradições suspeitas tinha os brasileiros constantemente voltados para o Rio da Prata, onde os governos de uma classe que nunca se bateu sacrificavam, em carnificinas inúteis, a flor da população e o exército do trabalho" (NABUCO, 1885a).

Na contemporaneidade dos novos tempos, "a adoração monárquica está viva apenas no espí-

rito de alguns sobreviventes [...]; a escravidão foi varrida de norte ao sul [...] e, no campo de ação externa, "já não há medo de que o fantasma da guerra se levante dos túmulos do Paraná e do Paraguai – para vir agourar o nosso futuro pacífico, liberal e americano" (NABUCO, 1885a). Fazia menção, o autor, aos dois grandes próceres saquaremas na condução dos assuntos platinos brasileiros, respectivamente os já não mais existentes Marquês do Paraná e Visconde do Uruguai.

No entanto, diferentemente do liberalismo republicano, Nabuco creditava aos alicerces monárquicos o relativo desenvolvimento liberal e ordeiro que o país, desde a assunção de Pedro II ao trono, gozava na região. Não se tratava, dessa forma, de substituir o que mais tarde denominaria de "liberdade monárquica", "exemplo solitário na América Latina, de governo próprio guiado pelo liberalismo" (NABUCO, 2003, p. 166; 2010, p. 542). Ao contrário. Tratava-se de conservar as instituições imperiais mediante a sua adaptação às novas circunstâncias conjunturais. O raciocínio era claro: "Acredito ser de vantagem para o país que o ensaio da federação [...] seja feito sob a forma monárquica. Penso que, em vez de preceder a República à federação, a federação deve preceder à República". Uma vez federalizado o território nacional, o espírito centrifuga que eventualmente poder-se-ia abater sobre a vida política nacional teria, justamente na Coroa, o elemento fiador de sua integridade. Daí, falar-se na criação de 20 repúblicas, unidas por um arranjo monárquico (NABUCO, 1885a).

De um lado, a monarquia centralizada representaria "uma forma grosseira de sociedade política, uma falsa democracia" que "esgotaria a força do Estado"; do outro, a república era uma ideia perigosa em um território vasto e heterogêneo, carente de um elemento unionista. Às vésperas da república, quando da apresentação à Câmara dos Deputados de reforma constitucional pela adoção do modelo federativo, repetiria o pensamento compartilhado entre o liberalismo monárquico: "não somente as ideias de federação e monarquia não se opõem e não se excluem, como há muito maior futuro e segurança no Brasil para o desenvolvimento da autonomia sob a monarquia do que sob a república" (NABUCO, 1888).

## Escravismo, um labéu antiamericano

Figura de notável destaque a encampar as críticas liberais contra a diplomacia conservadora fora Rui Barbosa. Assim como parte dos companheiros de bancada partidária, reagiria à política externa do Visconde do Rio Branco tanto na Questão Religiosa, momento em que o governo enviaria uma missão diplomática a Roma, quanto na manutenção de efetivos militares no Paraguai, em consecução da estratégia conservadora de contenção argentina. Sobre o primeiro, diria serem os resultados da missão enviada ao Sumo Pontífice um "desastre da diplomacia" (BARBOSA, 1987, p. 215); sobre o segundo, apontaria para a má utilização dos recursos públicos.

Enquanto "nossos vizinhos derramam todo seu dinheiro no país, nós desperdiçamos o nosso no território alheio", diria o jurista. A República Argentina, prossegue Rui, "inaugura novas estradas de ferro, e nós lhe mandamos o dinheiro que podíamos destinar às nossas". E conclui, outorgando a responsabilidade aos gabinetes conservadores: "Desde hoje há guerra... a nosso erário. Como dantes, mandam os conservadores o suor do país aos vizinhos inquietos, com esta agravante: dantes eles eram ingratos, hoje são espertos" (BARBOSA, 1987, p. 215-216).

Além das prevenções continentais decorrentes das intervenções platinas a mando brasileiro, um dos pontos argumentativos levantados igualmente pela ala radical e moderada – entre eles Rui e Nabuco –, era a indesejada distância dos vizinhos como decorrência natural da chaga escravocrata ainda presente em solos brasileiros. O argumento exalado pelos liberais era terminante: a escravidão não apenas definia-nos pela vergonha perante as nações avançadas; era ela alvo de precauções dos vizinhos em decorrência da contradição entre um Império que se cria civilizado e a dura realidade de suas instituições servis.

Ao analisar os episódios da Guerra do Paraguai, Nabuco diria que "A escravidão era o labéu que o Paraguai atirava ao nosso exército, a inferioridade que descobriam em nós os nossos próprios

aliados" (1949a p. 370). Não por acaso, o pensamento liberal exporia as nódoas da escravidão e a humilhação causada no Prata como ativo argumentativo na promoção de sua agenda reformista. Acreditava o liberal que a realização das reformas federalista e abolicionista aproximariam o país naturalmente da realidade dos vizinhos. No exterior, abundavam as críticas ao país pela sofrível persistência do instituto escravocrata.

Exemplo dessas precauções, na Europa, Alberdi publicava, quando do segundo conflito platino, *Las Disensiones de las Repúblicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil* (1865), obra em que conclamava os vizinhos, unidos pelo sangue espanhol, a lutar contra o que dizia ser a tentativa de anexação brasileira, "prova mais deplorável de degradação em que havia caído a América Espanhola" (1865, p. 61, tradução nossa).<sup>5</sup>

Ao contrário da tradicional argumentação conservadora em torno da ilustração reinante no país, acreditava o estadista argentino na inferioridade moral do Brasil frente às repúblicas vizinhas, essas últimas de posse plena da liberdade civil; o Brasil, engolfado pela escravidão. Além do aprofundamento do desequilíbrio de poder em favor do Estado brasileiro, receava o autor que a vitória brasileira na Guerra do Paraguai trouxesse consigo o triunfo e a exportação das leis escravistas brasileiras (ALBERDI, 1865, p. 61).

Um dos argumentos elencados por Nabuco em seu recém lançado *Abolicionismo* (1883) era justamente "a reputação que temos em toda a América do Sul, de país de escravos, isto é, de sermos uma nação endurecida, áspera, insensível ao lado humano das coisas" (NABUCO, 2000, p. 108). "Daí a ironia", prossegue o autor, "com que foi geralmente acolhida a legenda de que íamos fundar a liberdade no Paraguai". Outrossim, o concorrido empreendimento pela atração de imigrantes europeus seria sensivelmente prejudicado pela continuidade deste discurso contraditório (NABUCO, 2000, p. 108).

A bem da verdade, a campanha brasileira no Paraguai, cuja presença de largos contingentes de

<sup>5</sup> Do original: prueba más deplorable del estado de degradación en que habría caído la América Española.

escravos fora decisiva, expunha no fronte externo a mais terrível das máculas nacionais. Conta-nos Doratioto que os soldados brasileiros no campo de batalha eram humilhanamente retratados na figura de macacos (2002, p. 277), testemunho desolador ao qual se acrescentaria a associação dos macacos "com a pretensa covardia dos brasileiros" (DORATIOTO, 2002, p. 272; TELLES, 2010, p. 15).

Em momento de discussão pela aprovação da Lei do Ventre Livre, estava o Monarca em sua primeira viagem à Europa. Dizia Pedro II preferir não voltar ao país caso não se aprovasse a tão esperada medida. Caberia a tarefa ao eficiente gabinete liderado por Rio Branco, o qual dizia saber por si próprio e pela confissão de muitos dos mais ilustrados homens dos estados vizinhos "quantas vezes a permanência desta instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro" (RIO BRANCO, 1871). No mesmo discurso, tornava patente a conexão entre as relações sul-americanas do país e a sua política nacional.

Cada vez mais me convenci de que uma das principais causas, se não a mais influente, das antipatias, das prevenções, e algumas vezes até do desdém, com que somos vistos nos Estados sul-americanos, nascem de uma falsa apreciação sobre o Brasil em consequência do estado servil. (*após aparte de Andrade Figueira*). Pergunte o nobre deputado aos mais esclarecidos desses nossos cidadãos que fizeram a campanha do Paraguai, se todos eles voltaram ou não ardentemente desejosos de ver iniciada esta reforma, e se a eles se deve ou não em parte o mais forte impulso que a ideia emancipatória adquiriu nestes últimos tempos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1871).

Anos após os testemunhos de Rio Branco e Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, ao saudar a aproximação brasileira do governo de Buenos Aires durante as comemorações pela abolição, também colocaria o dedo na ferida. Em saudação ao ministro argentino na Corte, Henrique Moreno, diria que a escravidão era "a pedra de sepultura da nossa vida tumular", cujas influências perversivas "funestavam a nossa política em todas as esferas, no interior e no exterior" (BARBOSA, 1966, p. 155). Em argumentação similar, em carta enviada ao presidente da Confederação Abolicionista, Rui creditava à escravidão um dos elementos de

distanciamento nas relações internacionais entre os dois lados do Prata.

A República Argentina e o Brasil não se conheciam; porque entre os dois negrejava a escravidão, que adultera em sua substância o governo do povo pelo povo, encapela de ameaças e prevenções malignas as relações internacionais, e converte as nações onde impera, nas mãos dos absolutismos mais ou menos atenuados que exercem o seu sindicato, em massas inertes e automáticas de opressão, suspeitas à tranquilidade dos vizinhos (BARBOSA, 1966, p. 157).

A luta abolicionista evidenciaria uma das inovações presentes no pensamento dos jovens liberais brasileiros: a crença no ativismo transnacional. Exemplo notório fora aquele articulado por Joaquim Nabuco a partir de 1880. Auxiliado por André Rebouças e José do Patrocínio, ele lograria operar a interseção dos abolicionistas brasileiros às principais redes abolicionistas no exterior. Em uma estratégia exitosa utilizada previamente pelo abolicionismo britânico, conta-nos Angela Alonso que Nabuco "lançou-se a *broker*, mediador entre a coalização parlamentar e a mobilização social antiescravista da imprensa e dos teatros" (ALONSO, 2010, p. 58).

Uma vez fundada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE), trataria de remeter publicações em inglês, francês e espanhol a importantes nomes no movimento na Europa e nas Américas. Entre congressos, *meetings* e publicações, o abolicionista lograria atrair a atenção internacional à causa do abolicionismo brasileiro. Nabuco mobilizaria a sociedade civil brasileira conjugada com o apoio estrangeiro, mediante inúmeras viagens e encontros e uma ativa correspondência internacional (ALONSO, 2010).

Com a queda da Monarquia, responsável no país pela "continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial" (NABUCO, 2003, p. 25) crescia no pensamento de Nabuco a crença – e ao mesmo tempo a esperança – em torno da criação de uma opinião pública pan-americana e da "União das Repúblicas Americanas", antídotos aos males antiliberais esposados desavergonhadamente pelos novos tempos republicanos.

Uma opinião pública comum a toda a América poderia polir até o máximo de perfeição as instituições políticas de todos os Estados americanos, mas essa opinião geral ainda está em formação. [...] Quando essa opinião alcançar sua maioria, o pertencer à União das Repúblicas Americanas, será, para todas estas, sinônimo de imunidade, não só contra a conquista estrangeira, mas também contra a arbitrariedade dos próprios governos e a suspensão das liberdades públicas ou individuais (NABUCO, 2010, p. 556).

Conforme ver-se-á adiante, a interação internacional da elite liberal brasileira também se daria ao sul do continente. Paralelamente à transnacionalização do movimento abolicionista, crescia o interesse cosmopolita não apenas por Estados Unidos e Inglaterra, mas também por uma emergente Argentina, Estado que conjugaria de forma exitosa o federalismo de suas instituições com a prosperidade econômica no final dos oitocentos.

### As relações bilaterais entre Brasil-Estados Unidos

As últimas duas décadas da Monarquia assistiriam a um paulatino movimento de aproximação com os Estados Unidos, no que pese a natureza sempre vigilante e cautelosa da diplomacia imperial. Ela seria assegurada pelo logro integral da agenda saquarema, a qual trouxera estabilidade política e progresso econômico no plano doméstico e a imposição de uma ordem platina favorável ao Brasil. Apesar dos altos custos contraidos no fronte internacional, a acomodação brasileira no Prata pavimentaria o caminho para a melhoria das relações bilaterais, conturbadas ao longo dos anos 1860.

Em verdade, o relacionamento entre as duas potências americanas sofreria altos e baixos ao longo do Brasil independente. Prevalencia nas decisões imperiais a ascendência conservadora no trato com os norte-americanos, tendencialmente mais intransigentes e nacionalistas do que os liberais. Seguidamente, o Brasil recusava propostas de tratados comerciais com o governo de Washington, assim como postergava a abertura do Amazonas à navegação estrangeira, pleito incansavelmente presente na pauta bilateral.

Não demoraria para a emergência de contro-

vérsias diplomáticas. Para além da dupla negativa brasileira, foram recorrentes as queixas comerciais e consulares daquele país, prejudicadas pelos ciclos de belicosidade platina. Em três momentos históricos sob a liderança de próceres conservadores, as relações diplomáticas seriam suspensas, sempre acompanhadas por um forte tom belicoso. Em ambas as ocasiões, o Brasil enfrentava graves desafios externos: em 1827, estava o país em meio à Guerra da Cisplatina; em 1848-1849, às vésperas da primeira intervenção platina e do agravamento das tensões com a Inglaterra; em 1868, em um dos mais delicados períodos da Guerra do Paraguai.

No entanto, os Estados Unidos que emergem após a Guerra de Secessão apresentariam um fabuloso desenvolvimento econômico, não mais alcançável por nenhuma nação americana. No Prata, emergia uma Argentina unificada politicamente, rival brasileira na atração de capital e mão de obra. *As suspeições brasileiras do favorecimento ianque ao governo de Solano López, somar-se-iam inúmeros atritos causados pelos efeitos colaterais da guerra à marinha mercante norte-americana, em muito amplificado pela atuação de James Watson Webb na chefia da missão norte-americana no Rio de Janeiro* (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1870). A saída de Webb e a assunção de Henry Taylor Blow, em 1869, abria espaço para um momento de considerável melhora nas relações bilaterais; para Lawrence Hill, *"a turning point in Brazilian-American relations* (HILL, 1934, p. 276). De fato, os anos finais da década de 1860 abrem um período de lenta, porém, gradativa americanização do espectro político brasileiro, seja através da progressiva captura cosmopolita do imaginário político brasileiro, seja através do inquestionável pragmatismo econômico-comercial.

Ao primeiro, serviu-lhe como ponta de lança o cosmopolitismo dos jovens liberais republicanos, naturalmente mais inclinados às crenças modernizadoras do americanismo constitucional. Do alto do Capitólio, adviria não apenas o protótipo para a constituição de um arranjo político mais federativo e democrático, mas também o cami-

no mais curto para a proximidade continental. Os signos e instituições da aurora republicana não deixam dúvidas. Para além do plágio auriverde da bandeira norte-americana, procedeu-se à cópia da constituição federal daquele país, assim como seguiu-lhe o alinhamento estrito nos primeiros atos internacionais da jovem república.

Ao segundo, difícil tarefa narrativa, teriam tido liberais e conservadores, ao não reconhecimento pragmático da emergente importância econômica e comercial do gigante do norte. Já em 1870, 75% das exportações totais de café brasileiro tinham as aduanas norte-americanas como destino. Outrossim, advinha da república do norte o maior superávit comercial do país. Para se ter dimensão da grandeza numérica, em 1870, 28% das exportações totais eram direcionadas aos Estados Unidos, enquanto importávamos daquele país apenas 7% do valor total. Por outro lado, enquanto da Inglaterra provinham 55% de todas as importações nacionais, para lá se direcionavam um número significativamente menor de todas as nossas exportações: 33% (BANDEIRA, 2007, p. 179-180).

Se o apreço às instituições norte-americanas indicava, na maior parte das vezes, predisposição ao liberalismo avançado, eram os conservadores, por outro lado, tendencialmente mais céticos à importação de estrangeirismos institucionais, além de circunstancionalistas nas parcerias internacionais (SOUSA, 2017). Dentro deste espírito pragmático, não se oporiam à onda de investimentos em infraestrutura e atração de mão de obra, inaugurada, primeiro, com a chegada de 3 mil emigrados norte-americanos entre 1865 e 1868 (BANDEIRA, 2007, p. 182). *A posteriori*, viriam as companhias Botanic Rail Road e Street Railway Company, empresas que logo introduziriam um novo verbete ao léxico português: os títulos de suas companhias – os *bonds* – enquanto sinônimo para carris.

Abundam os exemplos deste pragmatismo circunstancial. Ao longo dos anos 1870, o governo imperial autorizava a construção de linha telegráfica submarina conectando pontos do território argentino ao brasileiro, assim como a implementação de linha de passageiros e correios entre Rio de Janeiro e Pará, mas também entre Nova Iorque e a

capital brasileira. Além da já mencionada abertura amazônica, seguiu-se a permissão a cidadãos norte-americanos a expedições no grande rio.

Em 1872, o Congresso norte-americano isentaria o café brasileiro de tarifas aduaneiras, ao tempo em que o governo imperial reduzia as alíquotas para a entrada de produtos oriundos daquele país; em 1874, após constatação de má conduta por parte de Webb nos delicados episódios que levaram à suspensão no relacionamento diplomático, o Departamento de Estado restituiria aos cofres brasileiros o valor indevidamente extraído pelo diplomata, acrescido de juros, diga-se de passagem (BANDEIRA, 2007; HILL, 1934). O ponto alto do relacionamento bilateral seria, no entanto, o simbólico ano de 1876. A data marcaria igualmente a retirada das tropas brasileiras do Paraguai, assim como a bem sucedida viagem do Imperador brasileiro aos Estados Unidos, momento em que o país celebrava o centenário da sua independência.

Na arena pan-americana, o Brasil aceitaria convite do chanceler James Blaine para a Primeira Conferência Americana a ser realizada em 1881. Com o seu adiamento, o país novamente acenaria de forma positiva, agora em 1888. Já em 1889, o governo imperial sinalizava a intenção em apoiar a criação do “Bureau of American Republics”, iniciativa de fato implementada nas décadas seguintes (HILL, 1934, p. 263).

Ao nosso ver, inexistem evidências indicativas que o processo de americanização pelo qual passavam as relações internacionais do país demandasse a instalação da República. A contar pela configuração institucional imperial, era de se esperar que o processo ora em curso tivesse prosseguimento dentro do espírito vigilante que pautara a política exterior do país, uma contraposição aos excessos diplomáticos da aurora republicana. Os pareceres no Conselho de Estado de ambos conservadores e liberais apontavam nesta direção, no que pese, é verdade, o caráter mais nacionalista dos primeiros.

### O exemplo que vem do Sul

Para além da paulatina americanização – ou norte-americanização – do espectro político

brasileiro, há de se notar perceptível abertura cognitiva por parte de importantes nomes do pensamento liberal brasileiro à recente emergência internacional relativa de Chile, México, mas, sobretudo, da Argentina, vista cada vez mais de forma positiva frente ao progresso material e à estabilidade institucional lograda.<sup>6</sup> Enquanto a tendência conservadora fora a da cautela e mesmo desconfiança frente às intenções do governo buenairense, a agência política liberal brasileira passaria a nutrir com grande estima a aproximação bilateral. Era tempo, dizia Rui Barbosa, "de abrirmos os braços à república ilustre e generosa cuja alma [...] ecoa em amplas ressonâncias de simpatia ao contato das ideias que sopram do lado da solidariedade humana e do ideal americano (BARBOSA, 1966, p. 158).

Em nome deste "ideal americano", "É minha fé, íntima e refletida", prossegue o autor, "que essa cordialidade recíproca não cessará de intensar-se sob a influência progressiva da democracia, que há de acabar de irmanar-nos pelo espírito das instituições livres" (BARBOSA, 1966, p. 156). Em outra publicação do mesmo ano, se referiria à República Argentina como a "república brilhante, maravilhosa, sedutora, onde os prodígios da civilização brotam encantadamente, como ao toque de uma vara mágica, evocada pela liberdade democrática" (BARBOSA, 1966, p. 156).

Ao lado dos Estados Unidos, a Argentina, de republiqueta anárquica e desordeira, lograra alcançar a admiração dos liberais brasileiros. O governo de Buenos Aires, segundo o jurista, havia se levantado "à semelhança dos Estados Unidos no norte, como centro de uma atração misteriosa e antecipação generosa do futuro" (BARBOSA, 1966, p. 156). Ao falar dos "destinos solidários" do continente americano, não haveria dúvidas quanto ao redirecionamento das atenções diplomáticas brasileiras. Rui Barbosa diria que o "meridiano político é o que passa por Washington e Buenos Aires" (BARBOSA, 1966, p. 158-159).

A partir dos anos 1870 aumentaria significa-

tivamente o intercâmbio de viagens e correspondências entre liberais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, seguido pelo crescimento das visitas governamentais na década seguinte. Já em 1868, Quintino Bocaiúva iria em missão jornalística ao Prata, viagem que marcaria em seu espírito uma crescente admiração pelos vizinhos. Anos mais tarde, ao lembrar do acontecimento, diria que voltara "impressionado com o que lá se observara" (BOCAIÚVA, 1986, v. II, p. 641). No seu retorno, realizaria uma série de conferências públicas na Corte sobre as instituições políticas argentinas. Dos encontros, fundaria o Clube Republicano, antecessor do Partido Republicano, e, já em 1870, publicaria *As Instituições e os Povos do Rio da Prata* (BOCAIÚVA, 1986; MENDONÇA, 1971, p. 78).

Na obra, o autor oferta elogios ao liberalismo das instituições argentinas, sobretudo ao espírito liberal de sua legislação civil e à capacidade de assimilação do estrangeiro, de cuja impressão diria que "Com exceção dos Estados Unidos não conheço [...] nenhum outro país que ofereça o espetáculo, grato sem dúvida a todo o coração americano, que se observa no rio da Prata" (BOCAIÚVA, 1986, p. 300). No mesmo ano, Tavares Bastos, o "americanista", traria uma imagem bastante positiva do governo de Buenos Aires: o êxito em torno da escolha federal na organização política, o modelo imigratório de sucesso, o avanço extraordinário na construção ferroviária e de outras obras de infraestrutura. Ao comparar a construção ferroviária nos dois lados do Prata, símbolo dos novos ares do progresso tecnológico, diria que "Em dezoito anos mal construímos 435 milhas"; na Argentina, "em metade do mesmo tempo, tendo começado muito depois de nós". E, mais adiante, arremata o raciocínio: "Sem poder moderador, sem senado vitalício, sem centralização, atrevem-se os argentinos a tamanha empresa!" (BASTOS, 1870, p. 295; 320-321).

Ainda no contexto da Guerra do Paraguai, um tanto quanto precocemente, o autor apontava para aquelas que seriam as duas grandes repú-

<sup>6</sup> É preciso notar, no entanto, conforme indica Leslie Bethell (2010, p. 465), que "The Brazilian governments of The First Republic (1889-1930), like the governments of the Empire, showed no great interests in 'os povos da língua espanhol (sic)'. 'as nações latinoamericanas', except for their (generally successful) efforts to resolve [...] the frontier disputes with their immediate neighbours in South America [...]."

blicas do continente no último quarto de século. "Meditem os brasileiros sobre a sua posição neste continente", pediria Tavares Bastos para em seguida constatar:

ao norte, florescem os Estados Unidos que antes de um século contarão 250 milhões de habitantes verdadeiramente livres; ao sul o Rio da Prata, no progresso que leva, poderá, graças à imigração, contar brevemente população, livre e branca, igual à nossa (1870, p. 278).

As glórias pelo progresso argentino encontrariam ainda expressão privilegiada na edição comemorativa da independência daquele país, produzida pelo periódico *O Paiz*, em 1888. Com a expressiva tiragem de 100 mil exemplares, distribuiu-se, gratuitamente, em Buenos Aires, aquela que fora a edição especial de "oblação" à República Argentina. Contribuiriam na publicação nomes como Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Joaquim Serra e França Júnior, figuras históricas, como se vê, da liga entre liberais moderados e radicais. Em linhas gerais, glorificar-se-ia o excepcional progresso argentino ao longo dos últimos anos sob o abrigo das instituições republicanas federais, assim como far-se-ia votos de aproximação regional em detrimento de uma política tradicional do tempo de "ódios e das rivalidades mesquinhas, fomentadas pela ignorância e pela presunção" (MATOSINHOS, 1888).

Em rápida inserção textual, logo na apresentação da edição comemorativa, o então Visconde de São Salvador de Matosinhos, proprietário do periódico republicano, faria menção à nação argentina como "o orgulho da raça latina neste continente", para em seguida agradecer-lhe pelo "testemunho de fraternal estima e grata retribuição à gentileza com que o povo argentino celebrou a abolição da escravidão no Brasil" (MATOSINHOS, 1888). A este propósito, foram expressivas as manifestações populares em Buenos Aires e na legação argentina no Rio de Janeiro em solenidade pela celebração do ato áureo.

Mais adiante, em seu *Esboço histórico - Marcha ascensional de seu progresso e da sua grandeza*, Bocaiúva (1888) recontava a história nacional argentina tendo por eixo analítico "a luta e antago-

nismo historicamente conhecidos pela rivalidade de dois princípios, ou antes, de dois partidos – o unitário e federal". Grosso modo, vencido o "tirano Rosas" que houvera levantado a "falsa bandeira do federalismo" e reconstruído o país sob as bases liberais da constituição federal de 1853, o país entrara nos trilhos para o desenvolvimento, em cuja década de 1880 presenciaria "fenômenos econômicos", "verdadeiramente assombrosos", "uma fortuna que até aqui não observada em nenhum país do mundo" (BOCAIUVA, 1888). Os impressionantes indicadores econômicos de anos recentes eram sempre correlacionados com os de norte-americanos e europeus, em uma clara alusão ao caráter promissor das instituições republicanas federais, modelos exemplares para a então monarquia (BOCAIUVA, 1888).

Era evidente a tentativa de capitalizar os louros do progresso de Buenos Aires enquanto arma de promoção das bandeiras republicanas no Brasil. Através das realizações argentinas, tentava-se reconstruir um imaginário político que até muito recentemente via nas instituições platinas o anti-exemplo a ser seguido. O recado era claro. Um país de "raça latina", convulsionado por décadas de brigas intestinas, havia logrado, após a adoção do modelo republicano federal, patamares de progresso comparáveis ou mesmo superiores àqueles vistos nos Estados Unidos, exemplo maior de progresso material na última metade do século

Enquanto modelos escalares da admiração liberal, ao lado da República Argentina, estava, segundo o Manifesto lançado por Bocaiúva em 1889, o tradicional arquétipo norte-americano, "no mundo inteiro, a nação mais forte e poderosa, a mais unida e a mais sólida, a mais rica e a mais satisfeita, a mais tranquila no seu trabalho, e a mais segura dos seus futuros destinos" (BOACIÚVA, 1986, p. 630).

Ao olhar para as relações internacionais, as percepções liberais avançadas viam no regime republicano federal o único arcabouço institucional sólido a abrigar a "iniciativa criadora da liberdade" (BOCAIÚVA, 1986, p. 630). Era, pois, a inversão da fórmula saquarema. Apenas a criação de vinte Estados federados, empoderados por um forte espírito de liberdade provincial, lograria

manter o colosso territorial brasileiro íntegro. Por crença no mimetismo institucional, ademais, a nova configuração institucional acercaria o país dos vizinhos republicanos.

Por outro lado, às vésperas do rompimento com Bocaiúva e outros republicanos de *O Paiz*, Joaquim Nabuco seguiria defendendo o seu já mencionado projeto de monarquia federativa, embora a Argentina entrasse definitivamente no radar das considerações políticas positivas. A propósito, para lá viajara após matrimônio contraído com dona Evelina, local em que investiria futuramente o dote obtido pelo casamento. No entanto, diferentemente de Bocaiúva, Nabuco relembria as conhecidas palavras de Mitre, "o grande vulto da América Latina", com o propósito de destacar a compatibilidade entre monarquia e liberalismo em um continente de matiz acen-tuadamente republicana (NABUCO, 1888, p.1).

No seu eloquente discurso o grande vulto da América Latina tece às nossas instituições liberais um louvor que serve para mostrar, como os louvores que nos prodigalizam os Estados Unidos, que os republicanos da América veem na monarquia brasileira não uma exceção odiosa, mas, pelo contrário, uma escola desse liberalismo e dessa tolerância política, necessários ao progresso das repúblicas vizinhas. O Império do Brasil, disse o grande orador argentino, era uma democracia com coroa de rei, que repousava constitucionalmente, como a nossa república, sobre o princípio fundamental da soberania popular, porém tinha ainda escravos (NABUCO, 1888, p.1).

O projeto político de Nabuco jamais seria implementado. Destruídas as instituições imperiais, o futuro embaixador brasileiro se retiraria da vida parlamentar brasileira. Desiludido, assistiria à bancarrota argentina e à "queda da civilização" brasileira (NABUCO, 1949b, p. 185-186).

### Superando a rivalidade Brasil-Argentina

Ao longo dos anos 1880 foi crescente o desejo liberal de uma maior proximidade da vizinhança americana. Em 1882, em carta endereçada ao Barão Homem de Melo, Nabuco confienciava sobre o seu propósito em fundar um jornal sul-americano que, entre outros objetivos, estaria "interessado em desenvolver relações que não

existem ainda entre o nosso e países como a República da Argentina e o Chile" (1949b, p.96). Em 1888, quando das manifestações argentinas pela abolição do 13 de maio, o autor mencionaria "a dívida" que uniria os brasileiros pelas demonstrações de amizade e solidariedade do povo e governo argentinos (NABUCO, 1888).

No calor dos festejos, faria coro aos colegas republicanos que pressionavam o governo imperial à superação da "política tradicional" no relacionamento bilateral. Para ele, seria "uma conquista que vale uma aliança; é de fato, o tratado de arbitramento que os dois governos ainda não assinaram, mas que está feito entre os dois povos" (NABUCO, 1888). Fazia menção o autor a tão debatida pendência fronteiriça entre os dois países, cuja proposta argentina pelo arbitramento encontrava apoio dos liberais desde a sua primeira proposição por parte dos argentinos, em 1876.

Lá, sob consulta da Princesa Imperial Regente ao Conselho de Estado, mais precisamente à Seção dos Negócios Estrangeiros, uma contra-posição de visões e ações políticas se delinearia. De um lado, em torno do parecer sob relatoria do liberal Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, e, do outro, do não acatamento de suas proposições por parte do conservador Barão de Cotegipe, então chanceler imperial do gabinete chefiado pelo Duque de Caxias. Em linhas gerais, enquanto o primeiro transigia com a proposta argentina de se nomear comissários para reconhecimento do território litigioso, o segundo, exigia o cumprimento expresso do acordo assinado em 1857 com o governo de Urquiza, dispositivo este favorável aos pleitos brasileiros.

Grosso modo, observava-se por parte dos liberais um maior apoio à resolução imediata do litígio mediante a utilização do arbitramento, ao passo que se verificava maiores receios e desconfiança à ação externa argentina pelo lado conservador, embora já se aceitasse, como bem lembraria Paranhos, que na impossibilidade da resolução da questão pela posse – que deveria, "sob pena de lesa-patriotismo, ser muito vigiada e cada vez mais assinalada pela presidência da província do Paraná" –, uma nova guerra deveria ser evitada.

Neste ponto, ambos liberais e conservadores seriam uníssonos (RIO BRANCO, 1876).

Seja como for, a proposta argentina não seria acatada quando do retorno do Imperador, tampouco aceitas as sugestões de políticos brasileiros pela decisão arbitral ao longo do decênio conservador. Posteriormente, dois novos debates seriam realizados no Conselho de Estado sobre o tema; primeiro em 1885, seguido pelo de 1889, momento em que o Império, por fim, acataria a proposta de solução arbitral.

Cristalizava-se, então, em um Conselho de Estado crescentemente liberal, a opinião de que o argumento e as evidências de que dispunham o governo brasileiro seriam superiores e de fácil compreensão para o árbitro. Em verdade, após meio século de debates no Parlamento e no Conselho de Estado, os argumentos do país haviam logrado amadurecimento e coerência jurídica. A verdade é que a liberalização do espectro político, veio acompanhada pelos receios de um novo enfrentamento militar, desta vez, contra uma Argentina em rota ascensional.<sup>7</sup>

Com a Argentina, o discurso pela superação das rivalidades bilaterais encontraria intercâmbio de ideias, sobretudo, entre os liberais nos dois lados do Prata. Mitre e Roca se transformariam em figuras sempre cultuadas pelos liberais brasileiros como expoentes maiores das boas intenções argentinas. Nabuco diria que Mitre fora "o primeiro estadista argentino que compreendeu que a cordialidade entre as nossas duas nações americanas do sul do Atlântico era a primeira consideração do progresso pacífico e desimpedido de ambas" (NABUCO, 1888).

Roca, por seu turno, faria em 1899 a primeira viagem internacional de um presidente argentino ao Brasil, naquela que fora a década auge no relacionamento entre os dois tradicionais rivais. Mais tarde, quando do arrefecimento das relações bilaterais sob a chancelaria do Barão do Rio Branco, Roca seria lembrado por sua cordial

relação com o Brasil e escalado para vir ao Rio em nova visita para amainar os ânimos, agora sob o rótulo de ministro plenipotenciário.

No Parlamento e na imprensa, ouviam-se as críticas ao que seria a esgotada "política tradicional" brasileira. No contexto da efusão discursiva em torno da solidariedade regional, André Rebouças sugeriria projeto curioso, ilustrativo das percepções do momento: deixar as rivalidades com a República Argentina de lado e neutralizar a região litigiosa de Palmas, com a presença de imigrantes europeus. Sob a linha fronteiriça, a construção de uma ferrovia, símbolo da modernidade tecnológica e do desejo da aproximação bilateral (REBOUÇAS, 1938, p. 313-340).

Na Câmara, ouviam-se as pressões para a participação brasileira nas reuniões panamericanas, as quais, é verdade, não contavam com o veto conservador. Afonso Celso Jr., parlamentar e filho do último primeiro-ministro da monarquia, liderava as interpelações ao ministro Rodrigo Silva acerca dos dois grandes temas platinos de então: o arbitramento do território litigioso de Palmas e a eventual participação brasileira na Convenção de Montevideu de 1888, conferência sul-americana sobre direito internacional privado a ser realizado no segundo semestre daquele ano.

Pressionando o governo imperial a aderir ao encontro, afirmava o deputado liberal crer que "esse congresso concorrerá para estreitar as relações entre os povos sul-americanos, que deviam viver completamente identificados"; daí, grande circunstância para se superar as antigas desconfiças regionais (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1888). Dizendo-se "amigo dos argentinos" e o maior "entusiasta do seu estupendo progresso", acreditava Afonso Celso Jr. que "A República Argentina nos tem dado ultimamente as mais tocantes provas de fraternidade" e, aproveitando o contexto favorável à aproximação bilateral, o país deveria se empenhar na obtenção de "um acordo honroso a ambos os países, que de uma

<sup>7</sup> Note-se que o Conselho de Estado passaria a contar com um maior número de membros oriundos do Partido Liberal. Os números compilados não deixam dúvidas quanto à ascendência liberal sobre a Seção dos Negócios Estrangeiros. No que pese o decrescente prestígio do Poder Moderador e seu Conselho de Estado, entre 1877 e 1889, 83% de todas as relatorias seriam realizadas por liberais, contra 13% para conservadores e 4% para apartidários. Em termos efetivos, 58% de todos os pareceres emitidos o foram por nomes liberais, contra 30% para os conservadores e 12% para os apartidários (SOUSA, 2017).

vez arrede das conjecturas a possibilidade de uma guerra" (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1888).

O país, atendendo à crescente opinião favorável, acabaria por participar da Conferência de Montevideu de 1888, assim como da Primeira Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington, após a unanimidade dos votos no Conselho de Estado, neste período já de maioria liberal. Até aquele momento, Brasil e Estados Unidos haviam se absterido dos encontros promovidos pelas repúblicas americanas, iniciadas em 1828 e sem grandes resultados concretos. No Parlamento, o chanceler do gabinete liderado por Cotegipe reconheceria que "aceitando o convite da República Oriental para fazer-se representar neste congresso, quebraria de alguma sorte o elo tradicional da política do Brasil sobre os congressos exclusivamente americanos" (SILVA, 1888), raciocínio análogo que se poderia aplicar à participação brasileira na conferência de 1889.

### Considerações finais

Eram, pois, novos tempos, em que os resultados trazidos pelo logro da agenda conservadora haveriam de legar às novas gerações segurança nas fronteiras e estabilidade política interna. Capturado pelas lutas platinas e pelo reconhecimento da independência nos anos 1820, o país enfrentaria o seu mais conturbado momento nacional nos anos 1830, seguido pelos dois grandes ciclos de intervenção platina ao longo dos anos 1850-1870, verdadeiras epopeias militares. Seria apenas após 1876, ou mais precisamente posteriormente ao ano de 1878, que a diplomacia brasileira se acomodaria no Prata. Derrotados os pleitos argentinos em arbitramento do presidente norte-americano Rutherford Hayes, o Brasil emergia como a grande potência platina, satisfeito territorialmente e vencedor inquestionável frente às pretensões territoriais argentinas no Paraguai.

Os relatos parlamentares dão conta do clima apreensivo de quase guerra que capturou Brasil e Argentina entre 1870 e 1878. Curiosamente, da crise de 1868, que levaria os conservadores à condução brasileira da Guerra do Paraguai, à entrega do resultado arbitral nos últimos dias

de 1878, estiveram, sempre, no poder, gabinetes conservadores. Encerrada a missão com êxito, quase que por coincidência voltariam os liberais ao poder, os quais se tornariam majoritários nas composições ministeriais até 1889.

Tais fatos não nos parecem um simples lance do acaso. Conforme argumentado ao longo das últimas páginas, ao fim do ciclo de intervenção platina, emerge um pensamento liberal produto das novas circunstâncias históricas. Exaurido pela guerra, o momento francamente hobbesiano daria lugar à vitória do liberalismo abolicionista norte-americano, ao nascimento do direito humanitário na Europa, às primeiras organizações internacionais, assim como ao crescimento da urbanização e do profissionalismo liberal no Brasil.

Internamente, as novas gerações a ingressar na elite política brasileira já não mais traziam em suas lembranças os traumáticos episódios que levariam à abdicação de Pedro I e as posteriores convulsões regenciais que ameaçariam gravemente a própria existência nacional. Com o setor magistral apartado da política nacional, as novas levadas de profissionais liberais engrossariam os pleitos por maior liberalização do espectro político.

Acomodado no Prata, novos horizontes se abririam para a atuação do Império. A aproximação continental, bandeira amplamente defendida nos últimos anos da Monarquia, estava em curso quando da deposição do último Monarca. A não participação prévia do país em encontros regionais se deveu, em grande medida, às complicações que dali teriam advindo uma liga de estados vizinhos contra a posição ativa brasileira nos assuntos platinos. Fora crença compartilhada entre a elite política brasileira, embora tendencialmente superior no espírito conservador, de que a participação brasileira em fóruns de abrangência multilateral poderia dificultar a política exterior então vitoriosa. Seja como for, vencia no debate das ideias nos lustros derradeiros da Monarquia a crença em torno da necessidade de um novo relacionamento continental.

No campo doméstico, caminhava-se para a construção de uma monarquia federativa, cuja falta de tempo auxiliaria na precipitação dos

últimos acontecimentos do 15 de novembro. As novas instituições, consagradas na constituição republicana de 1891, marcariam o ponto máximo da consagração da agenda política liberal. Derrocado o princípio monárquico das instituições da Carta de 1824, caía junto com Senado vitalício e poder moderador, a fundamental figura do Conselho de Estado, cérebro da política externa brasileira ao longo do Segundo Reinado. Acéfala, a diplomacia da aurora republicana exacerbaria o exercício do pensamento internacional liberal, com resultados no mínimo duvidosos.

Nos derradeiros dias da Monarquia, novo manifesto republicano exporia uma versão moderada do que poderia vir a ser a "política externa do nosso partido", levada ao extremo quando da posse do governo. Dizendo-se inspirada "no sentimento da mais cordial amizade com todos os povos civilizados [...] particularmente para com os povos americanos", possuía três aspirações: uma dupla solidariedade com os vizinhos, "resultante dos interesses e das relações mercantis" e "que resultará da identidade das instituições sociais e políticas"; "a paz internacional"; e, "o arbitramento como regra para o caso eventual de controvérsias" (BOCAÍUVA, 1986, p. 620).

Na prática, a ação externa reconheceria a emergência de uma nova grande potência no Prata, assim como a liderança continental incontestável por parte dos norte-americanos, convicção contra a qual relutavam os conservadores. Deixando de lado meio século de debate no seio das instituições monárquicas, o primeiro ato internacional do governo provisório seria a ida de Quintino Bocaiúva, às pressas, ao Prata. Lá, em nome da solidariedade americana, acordaria com Estanislao Zeballos, em 25 de janeiro de 1890, a divisão salomônica do território litigioso de Palmas. Ao regressar ao Rio de Janeiro, seria recebido por uma onda de descontentamento popular, seguida pela não ratificação do Tratado de Montevidéu pelo Senado brasileiro, esse último depositário de um número considerável de políticos imperiais.

Ao norte do continente, quando da realização da Conferência Pan-Americana de Washington, as posições cautelosas ditadas em nome do Imperador seriam subitamente alteradas pelo

acompanhamento estrito do posicionamento norte-americano, evento, a propósito, realizado no exato momento da insurreição militar no Rio de Janeiro. Embora os resultados da Conferência não fossem juridicamente vinculantes, o posicionamento republicano já denotava o tom ascendente no reconhecimento das assimetrias que marcariam o tom das relações bilaterais.

O mesmo pode ser dito com relação à amplitude da atuação da diplomacia brasileira. Embora o Manifesto de 1870 acusasse o Brasil de ser um país "isolado não só no seio da América, mas também no seio do mundo", a mentalidade paroquial dos líderes republicanos levaria à recusa de Olinto de Magalhães em participar da Primeira Conferência de Paz de Haia, em 1899. Em *Centenário do presidente Campos Sales (1941)*, o chanceler apresentaria as razões para o não comparecimento à Conferência. "Em 1899 as nossas atenções estavam voltadas para a América do Sul [...] e o nosso programa era o de aproximação e de boa vizinhança com as demais repúblicas americanas", diria o ex-chanceler (MAGALHÃES, 1941, p. 142).

Em resposta oficial do governo brasileiro ao governo russo, Ferreira da Costa alegaria que "a única preocupação da nova administração é a reconstituição do crédito, a valorização da nossa riqueza e reorganização das nossas forças militares com um fim pacífico". Mais adiante, reconheceria que o país se achava "muito afastado e sem influência alguma nos negócios políticos da Europa", redundando que "o seu papel na conferência seria nulo" (FERREIRA DA COSTA, 1899 apud CARDIM, 2012, p. 372).

Alegando, por fim, solidariedade com os vizinhos latino-americanos que, à exceção do México não foram convidados por Nicolau II, seria apenas com Rio Branco, representado pela atuação de Rui Barbosa, em 1907, que o Brasil daria os seus primeiros passos nos fóruns globais.

## Referências

ALBERDI, Juan Bautista. *Las disensiones de las repúblicas del Plata y las maquinaciones del Brasil*. Montevideo: Imprenta Typográfica à Vapor, Calle de las Camaras, 1865.

- ALONSO, Angela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. *Novos Estudos* - CEBRAP, (88), 55-70; 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300004>
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARBOSA, Rui. *Trabalhos Políticos*: obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. v. 2, t. 1.
- BARBOSA, Rui. *Trabalhos Diversos*: obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966. v. XV, t. 1.
- BASTOS, Aureliano C. Tavares. *A Província*: estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.
- BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- BARRIO, Cesar de O. L. *O Intervencionismo no Império Brasileiro no Rio da Prata*: da Ação contra Rosas e Oribe à *Triplíce Aliança*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, 2011.
- BOCAIUVA, Quintino. *Ideias Políticas de Quintino Bocaiuva*. org. Eduardo Silva. 2 v. Brasília-Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- BOCAIUVA, Quintino. Esboço histórico: Marcha ascensional de seu progresso e da sua grandeza. In: *O Paiz*, edição impressa de 09 jul. 1888. Disponível no acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- CARDIM, Carlos Henrique. A Primeira Conferência de Paz da Haia, 1899: por que a Rússia? In: *MRE. Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. FUNAG: Brasília, 2012.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.
- HERZ, Mônica; HOFFMANN, A.R. *Organizações internacionais*: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 06 jul. 1888. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- HILL, Lawrence F. *Diplomatic relations between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.
- IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política (1848-1866). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 5.
- LESLIE, Bethell. Brazil and 'Latin America'. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, GB, 42, 457-485. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022216X1000088X>
- MACHADO E SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 25 maio 1839. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MAGALHÃES, Olyntho Maximo de. *Centenário do presidente Campos Sales; comentários e documentos sobre alguns episódios de seu governo pelo ministro das relações exteriores de 1898 a 1902*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.
- MATOSINHOS, João José dos Reis, Visconde de São Salvador de. A República Argentina. In: *O Paiz*, edição impressa. 09 jul. 1888. Disponível no acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *Salvador de Mendonça*: Democrata do Império e da República. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- MENDONÇA, Salvador de. *Vida e Obra de Salvador de Mendonça*. Organização de José Afonso Mendonça Azevedo. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1971.
- NABUCO, Joaquim. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 14 set. 1885 (1885a). Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- NABUCO, Joaquim. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 24 ago. 1885 (1885B). Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- NABUCO, Joaquim. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 08 ago. 1888. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- NABUCO, Joaquim. A Magnanimidade Argentina. In: *O Paiz*, edição impressa de 30 maio 1888. Disponível no acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 3v. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949A.
- NABUCO, Joaquim. *Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. 2 v. São Paulo Instituto Progresso Editorial, 1949b.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Introdução de Carlos Henrique Cardim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Essencial*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010.
- MANNING, William R. *Arbitration Treaties Among the American Nations: to the Close of the Year 1910*. New York: Oxford University Press, 1924.

OTTONI, Theophilo B. *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Provincia de Minas Geraes no Quatrienio Atual e Especialmente Dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º Districto da Mesma Provincia para a Próxima Legislatura*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil: 1860.

OTTONI, Theophilo B. *Discursos parlamentares*. Introdução e organização de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília: Câmara dos Deputadas, 1979.

REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1938.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde de. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão 14 jul. 1871. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde de. *Anais do Conselho de Estado*. Discurso proferido no Conselho de Estado do Império. Sessão 27 jul. 1876. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro\\_Conselho\\_de\\_Estado\\_1875-1880.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Relatório da Repartição Estrangeiros de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

SILVA, Rodrigo Augusto da. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Império. Sessão de 06 de julho de 1888. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em 10 jun. 2020.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de. *Pensamento político e política externa no Brasil imperial: tendências do pensamento internacional brasileiro*. 2017. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TELLES, Angela C. Da M. *Desenhando a Nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: FUNAG, 2010.

---

## Elizeu Santiago Tavares de Sousa

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), professor e pesquisador do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

---

## Endereço para correspondência

Elizeu Santiago Tavares de Sousa

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

Avenida Maracanã, 229, bloco E, 2º andar

Maracanã, 20271110

Rio de Janeiro, RJ, Brasil